

REQUERIMENTO

ACUMULAÇÃO ANORMAL DE ALGAS NA PRAIA DE PORTO PIM

A Praia de Porto Pim está inserida numa baía de beleza invulgar e é uma das zonas balneares mais frequentadas pelos residentes e pelos turistas que visitam a ilha do Faial, não deixando ninguém indiferente.

No entanto, ao longo dos últimos anos esta zona balnear tem sido assolada por vários problemas, como por exemplo os períodos de interdição no verão de 2019 motivados pela deteção de microorganismos na areia, que se apurou posteriormente terem uma origem concreta e que foi oportunamente resolvida.

A acumulação de microplásticos e de algas no areal é outro fenómeno que se tem verificado em determinados momentos, fruto das características da baía e da sua exposição a sul.

No corrente ano, tem sido particularmente visível a acumulação de algas na Praia de Porto Pim, mesmo em dias em que se percebe que a parte superior do areal foi limpa, mas a parte alagada da areia regista uma elevada quantidade de algas acumuladas.

Assim, independentemente das razões geográficas, climatéricas, de escassez de recursos humanos e de equipamentos, ou quaisquer outros motivos que possam motivar esta situação, o que é certo é que a acumulação de algas que se tem verificado no areal da Praia de porto Pim

é um problema que afeta a imagem e a qualidade daquela zona balnear privilegiada pela natureza.

E ao afetar a referida praia, esta situação prejudica também de forma direta os residentes e visitantes que pretendem usufruir da zona balnear, causando sérios prejuízos à imagem de destino turístico de excelência que o Faial e os Açores pretendem transmitir.

Neste sentido, importa que o Governo Regional explique o que passa na Praia de Porto Pim no corrente ano em matéria de arrojamento e acumulação de algas, bem como as medidas que já adotou ou tenciona adotar com vista a eliminar ou atenuar o problema identificado.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o deputado signatário solicita ao Governo Regional dos Açores os seguintes esclarecimentos:

1 – O governo considera “normal” o fenómeno de arrojamento e acumulação elevadas quantidades de algas na Praia de Porto Pim no corrente ano, situação divulgada por vários cidadãos e constatada pessoalmente pelo signatário?

2 – Os serviços responsáveis pela limpeza da referida praia dispõem dos recursos humanos necessários para o efeito? Como está organizado o processo de limpeza ao longo da época balnear?

3 – Os serviços governamentais possuem os equipamentos necessários e adequados à limpeza da Praia de Porto Pim?

4 - Em concreto, no caso de maquinaria, quantos anos tem o equipamento existente? É adequado para os fins pretendidos em termos de quantidade de carga e de qualidade do serviço prestado?

5 – O equipamento existente é adequado também à limpeza de microplásticos?

6 – No caso de não terem sido adquiridos ao longo dos anos os equipamentos adequados, está o governo disponível para avaliar a sua aquisição?

7 – Considerando a situação descrita e a sua prevalência no corrente ano, que medidas já tomou ou tenciona tomar o Governo Regional para enfrentar o problema?

Horta, 7 de julho de 2021

O deputado



(Carlos Ferreira)